

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Hans Donner dá show de criatividade em "O Brasil em Debate"



Página 8

Esquenta discussão sobre projeto do Fundo para Defensoria Dativa em Santa Catarina

Página 9

Estado se mobiliza contra pedágios nas rodovias

Audiência Pública cria Frente Parlamentar e decide fechar, dia 3, BR-101 no trecho da Grande Florianópolis em protesto contra medida anunciada pelo governo federal

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Em reunião promovida pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, dia 25, foram definidas medidas emergenciais contra edital do governo federal para cobrança do pedágio nas estradas federais. A Federação das Empresas de Transportes e Cargas de Santa Catarina (Fetransesc) apontou irregularidades no edital, que já foram denunciadas ao Ministério Público.

No encontro na Sala de Comissões, o superintendente regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes (DNIT), João José dos Santos, fez balanço dos investimentos e das obras do governo federal nas rodovias em Santa Catarina. Ele reconheceu que a situação das rodovias está melhorando.

Página 3



Um alerta contra riscos do amianto para saúde



Público acompanha, no Auditório Antonieta de Barros, reunião sobre projeto que proíbe uso do mineral em SC

Audiência pública realizada, dia 24, no Auditório Antonieta de Barros, esclareceu a sociedade sobre os riscos do amianto para a saúde. Reconhecido como cancerígeno, o mineral pode ter seu uso proibido, a partir de janeiro de 2008, em Santa Catarina, conforme prevê o Projeto de Lei nº 366/07.

O amianto é usado como matéria-prima na maioria das indústrias e está presente em mais de 70% dos lares brasileiros. Por se tratar de uma questão de saúde pública, a discussão está sendo feita com participação do Ministério do Trabalho, sindicatos e médicos.

Página 5

LUTO

Morre, aos 91 anos, Zany Gonzaga, ex-presidente da Assembléia Legislativa

Página 4

OPINIÃO

Mulheres na política fazendo a diferença

Há poucos dias estive em Brasília participando da convenção do PRB Mulher (Partido Republicano Brasileiro), evento em que fui eleita presidente do diretório nacional e no qual pude constatar que a mulher está buscando o espaço que lhe é de direito com mais interesse. Uma nova realidade quanto à participação feminina na política se descortina, impulsionada agora pela vontade de participar das decisões de nosso País.

Avalio que o interesse, demonstrado pelas mulheres que lá estavam, deva-se ao desgaste atual verificado na imagem do Senado e da Câmara dos Deputados, em face à grave crise ética e moral nos poderes, sobejamente divulgada pela imprensa. As mulheres estão descobrindo que poderão fazer a diferença nos próximos anos. Que há espaço para uma histórica renovação dos representantes da sociedade nos es-

paços políticos de nossa jovem democracia. Essa é a hora de conquistar, com base na ética, na moralidade e na competência, o voto das mulheres para as mulheres, principalmente.

Por isso estou trabalhando com mais empenho e dedicação no objetivo de despertar a vocação política das lideranças femininas em cada estado e em cada cidade. É preciso estimular essa participação para que a igualdade de gênero seja, finalmente, uma realidade na política nacional. Essa é a missão a cumprir a partir de agora. Afinal, que país quer a mulher para os seus filhos? Certamente não um Brasil difamado pela safadeza política ou pela ausência de ética e moral na classe política e na sociedade.

Ao lidar com as questões da vida, no incansável trabalho cotidiano e na formação dos filhos, as mulheres adquiriram um grande e importante conhe-

cimento, passado de geração para geração. Um exercício que possibilitou desenvolver um grande talento para a administração das questões humanas. A experiência na construção diária de uma vida melhor precisa ser introduzida na vida política de nosso País. Por isso, e cada vez mais, a política precisa das mulheres.

Creio firmemente que poderemos ter qualidade e quantidade quanto à participação das mulheres já nestas próximas eleições. É essa a hora dos novos projetos, da novidade responsável que as mulheres representam, do respeito à cidadania. Com certeza, não nos faltarão competência, garra e ousadia! Precisamos só unir esforços para que essa luta obtenha o sucesso esperado. Basta estarmos dispostas. Enfrentar esse desafio. Lugar de mulher é na política!

Deputada Odete de Jesus (PRB)

BESC público, uma grande vitória

O presidente Lula cumpriu o prometido na campanha eleitoral de 2002, quando assegurou que o BESC continuaria sendo um banco público. Mas o mesmo não se pode dizer do governador Luiz Henrique da Silveira. Pelo contrário, o BESC sofreu dois golpes duros do Executivo estadual. O primeiro foi a destituição do banco como entidade financeira oficial do poder público estadual em 2006. O segundo foi o leilão das contas-salário este ano.

Vencida pelo Bradesco, a negociação das contas não foi finalizada por um triz, porque a ministra Ellen Gracie concedeu uma liminar ao governo federal suspendendo o leilão. Esse teria sido o pior dos fins para o BESC. Sem as 320 mil contas dos servidores estaduais, o

banco seria desmontado e nem para privatização iria servir.

A decisão do governo Lula de fazer a incorporação do BESC pelo Banco do Brasil mostra o compromisso do presidente em mantê-lo público e salvou a instituição. E é simplesmente pelo esforço do governo federal que o banco não será privatizado, pois o governo do Estado só está interessado no dinheiro que será pago pelas contas-salário e na antecipação dos créditos do Ipsc para cobrir os rombos em suas contas. Tanto que só concordou com a incorporação do BESC quando o governo federal acenou com recursos. Caso contrário, brigaria na Justiça para manter o leilão das contas, entregando-as ao Bradesco.

O ideal seria o banco ficar

estadual, a serviço do desenvolvimento regional, mas o governo do Estado quer isso? Santa Catarina está abrindo mão de uma das poucas empresas que podem render recursos, está desperdiçando a oportunidade de viabilizar o BESC, uma empresa que atua no setor mais lucrativo da nossa economia.

Se a incorporação ao Banco do Brasil não é a solução que desejávamos, por outro lado não podemos correr mais riscos. Vamos dar uma solução definitiva para o BESC, para garantir a preservação do BESC público, presente a atuante, com a garantia da manutenção da marca e a manutenção das agências em todo o estado.

Deputado Dirceu Dresch (PT)

Exposição de Plínio Verani na Assembléia

Com esculturas e pinturas de médio e grande porte, abriu, dia 24, na Galeria de Arte Meyer Filho da Assembléia Legislativa, a exposição do artista plástico Plínio Westphal Verani. A visitação vai até 5 de outubro, das 9 às 19 horas.

Focado em esculturas públicas, o trabalho do artista vai desde a exposição de dezenas de bustos em diversas cidades e estados, até a presença de painéis expostos em vários prédios de Florianópolis e São José.

Natural de Orleans, sul de Santa Catarina, e residente em São José

desde 1959, o artista possui um vasto currículo de formação na área artística, tanto pela atuação acadêmica, quanto pela sua participação em projetos culturais ou em cursos como escultura em pedra, gravura em metal, litografia, entalhe, música (bandolim, violino e violão) e desenho animado.

São obras de Verani o "Sesquicentenário da Polícia Militar", "Dias Velho" e "Surfista", de Florianópolis, "Ao Agricultor", de Orleans, "Trapeiro", de Taquaras (RS) e "250 anos de São José", instalado no centro histórico do município.

[AGENDA]

• **1º de outubro, 9 horas:** Comissão de Transportes – Audiência pública para debater questões relativas à 2ª etapa da construção dos aeroportos de Jaguaruna e Correia Pinto, com terminais de passageiros e acesso às BRs 101 e 116
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **1º de outubro, 9 horas:** Audiência pública da Fetapes (Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de SC) sobre a reforma da previdência social
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **1º de outubro, 14 horas:** Sessão solene em comemoração aos 10 anos de fundação do Rotary Club de Palhoça
Local: Plenário Osni Régis

• **2 de outubro, 20 horas:** Fórum de debates em prol da manifestação em defesa da vida.
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Errata

Mudança no Dia do Idoso

Diferente do que informamos na edição passada do AL Notícias, na matéria intitulada "Idoso luta para tornar estatuto realidade em Santa Catarina", a data comemorativa do Dia do Idoso não é mais 27 de setembro. Esta data foi mantida até o ano passado quando a presidência da República sancionou a Lei nº 11.433/2006, transferindo a comemoração para 1º de outubro e fazendo coincidir com o Dia Internacional do Idoso.

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlainne Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Moreira, Cláudia de Menezes, Eliseu Baesso, Júlia Zanatta, Luana da Cruz, Ricardo Pitorini, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas de Santa Catarina, Pedro Lopes, contrário ao pedágio, com os deputados na reunião promovida pela Comissão de Transportes

SC levanta bandeira contra pedágios

Audiência pública decide fechar, dia 3, BR-101 na Grande Florianópolis e criar Frente Parlamentar

O trânsito na BR-101, no trecho Florianópolis-Palhoça, será interrompido, no dia 3, a partir das 15 horas, em protesto contra a proposta do governo federal de cobrar pedágio nas rodovias federais. O ato foi marcado na audiência pública realizada dia 25, por iniciativa da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, na Sala de Comissões. Entre as providências emergenciais definidas na reunião, foram aprovadas a criação de uma Frente Parlamentar contra a Instalação de Pedágios nas Rodovias Federais e Estaduais de Santa Catarina e também o envio de moção ao Ministério dos Transportes.

Parlamentares, representantes do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes (DNIT), Federação das Empresas de Transporte de Carga de Santa Catarina (Fetransesc), demais entidades e sociedade se posicionaram contra o pedágio. Consideram que a sociedade já paga a sua quota através da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Eles também apontaram problemas no edital que poderá

trazer o pedágio ao estado. O presidente da Fetransesc, Pedro Lopes, apresentou documentos mostrando dados desatualizados, permissão para aumentar o valor do pedágio por falta de projetos, pouco tempo de avaliação do edital e empresas que contribuíram para sua elaboração concorrendo à concessão de rodovia.

Diante do diagnóstico nada otimista, a Fetransesc pediu apoio dos deputados contra o edital do pedágio. "Já encaminhamos ao Ministério Público essa denúncia com as deficiências contidas no edital", observou Pedro Lopes.

Pedro Lopes comentou como funcionaria na prática a instalação de praças de pedágios em Santa Catarina. Seriam quatro na BR-101, arrecadando R\$ 1,2 bilhão em 25 anos. Uma cifra que leva consideração apenas o tráfego de carros pequenos, fora os demais veículos que teriam um valor diferenciado. "São aproximadamente R\$ 50 bilhões arrecadados anualmente pela CIDE. Será que ainda existe a necessidade de cobrar pedágio para investir nas rodovias?", indagou.

DNIT pede mais R\$ 55 milhões em 2007

O superintendente regional do DNIT, João José dos Santos fez balanço de investimentos e obras. Ele lembrou que as BRs 101, 280 e 470 passam por obras de recuperação e manutenção. Mas reconheceu a necessidade de mais investimentos. "A duplicação da BR-101 Sul tem um custo de R\$ 1,2 bilhão. Até o fim deste ano devem ser entregues 20

viadutos e 10 pontes", salientou.

Num panorama geral, Santos reconheceu que a situação das rodovias catarinenses está melhorando. Em 2003, lembrou, cerca de 1.700 km de estavam em estado crítico. "Foram investidos em 2007 R\$ 71 milhões nas rodovias catarinenses, e já estamos pedindo mais R\$ 55 milhões ainda para este ano."

Estado fora das ações iniciais do Pronasci

Santa Catarina não está incluída nas ações iniciais anunciadas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Isto porque o estado apresenta baixo índice de criminalidade se comparado à média nacional. Enquanto no País ocorrem 29 homicídios para cada 100 mil habitantes, no estado são sete registros para o mesmo universo. Um índice abaixo inclusive da média da América Latina.

A radiografia foi divulgada durante a audiência pública realizada pela Comissão de Segurança Pública, dia 24, no Plenarinho

Deputado Paulo Stuart Wright, que contou com a participação do secretário executivo do Ministério da Justiça, Reinaldo Teixeira da Silva. Na reunião presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT), Teixeira explicou o programa.

O secretário esclareceu que todos estados devem ser chamados para uma reunião em Brasília para apresentar suas necessidades relacionadas aos tópicos de formação, capacitação e integração do efetivo da segurança. Segundo ele, o governo trabalha para desenvolver política pública no combate ao crime, que nasce

de uma relação social alimentada pela exclusão e injustiça.

Basicamente o governo vai atuar em duas frentes: ação policial e prevenção e integração dos jovens. Na primeira, estão previstos programas de formação, enfrentamento a corrupção, bolsa-formação para cerca de 650 policiais militares e civis, no valor de até R\$ 400, valorização, integração da força nacional de segurança pública, formada por cerca de 500 policiais sediados em Brasília, que irão atender situações emergenciais no país e estarão em constante treinamento e aperfeiçoamento.

Medida começa em 11 regiões metropolitanas

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Pronasci tem como proposta a integração de políticas públicas com atividades sociais. Ele é conhecido como o Programa Nacional de Aceleração (PAC) da Segurança Pública. Inicialmente será aplicado, na maioria de suas 94 ações, em 11 regiões metropolitanas que apresentam maior incidência criminal e de violência: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Recife, Brasília e entorno, Belém, Curi-

tiba, Porto Alegre e Maceió. Para o desenvolvimento do Programa, o governo federal investirá R\$ 6,7 bilhões até o fim de 2012.

O diretor de formação e capacitação da Secretaria Estadual de Segurança Pública, Dejour Vicente Pinto, lamentou que Santa Catarina não receba os recursos. Destacou que o estado já enfrenta redução de verbas devido ao constante contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional Segurança. Lembrou que em

2005 a previsão era de R\$ 460 milhões para a segurança pública, mas no final apenas R\$ 138 milhões foram liberados. Destes, Santa Catarina recebeu R\$ 1,3 milhão.

Dejour defendeu que Santa Catarina seja atendida pelas medidas, uma vez que está localizada entre duas das 11 regiões metropolitanas com maior incidência criminal, o que poderia significar uma migração do crime. Da população carcerária no estado, 50% não é de catarinense.

Morre ex-presidente Zany Gonzaga

Ex-parlamentar comandou o Legislativo de 1973 a 1975

O ex-deputado e ex-presidente da Assembléia Legislativa, Zany Gonzaga, morreu, dia 20, na Capital, vítima de acidente vascular cerebral. Aos 91 anos, estava hospitalizado há 45 dias. O ex-parlamentar deixou a esposa Clotilde Mendes Gonzaga e o filho Ricardo. Zany foi velado na Assembléia Legislativa e sepultado no Cemitério São Francisco de Assis, no Itacorubi.

Zany Gonzaga nasceu em Porto União, no Norte do estado, em 24 de julho de 1916. Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, iniciou a vida profissional em Caçador, onde exerceu a advocacia por dez anos. Procurador da Assembléia Legislativa a

partir de 1953, exerceu ainda no Parlamento catarinense a chefia de Gabinete da Presidência nas gestões dos ex-deputados Ivo Silveira e Lecian Slovinski.

Foi eleito deputado estadual pela primeira vez em 1967, sendo reeleito por mais dois mandatos. Foi líder do governo de Ivo Silveira, líder da bancada da Arena, presidente das Comissões de Redação de Leis, de Justiça, de Combate aos Tóxicos e de Assuntos de Turismo. Foi relator das Constituintes Estaduais de 1967 e de 1970.

Zany Gonzaga presidiu a Assembléia Legislativa de 1º de março de 1973 a 31 de janeiro de 1975. Segundo parlamentares

que com ele conviveram naquele período, Gonzaga foi um grande conciliador. Era a época da ditadura militar e, embora fosse deputado da Arena, procurou fortalecer o Poder Legislativo estadual, presidindo-o "para todos", disse o ex-deputado Nelson Pedrini.

Durante sua gestão foi criada a Assessoria de Imprensa da Assembléia, tendo à frente do setor o jornalista Sérgio Lopes. Zany Gonzaga criou ainda o Prêmio Jerônimo Coelho de Jornalismo, para premiar as melhores reportagens e o Troféu Imprensa, destinado a agradecer os deputados que mais se destacavam em sua atuação parlamentar.



Arquivo pessoal

Zany Gonzaga foi eleito deputado estadual pela primeira vez em 1967



Solon Soares

Mobilizado em todo País, MST cobra assentamento de 150 mil famílias, entre outras reivindicações

MST ocupa Assembléia de forma pacífica

Cerca de 300 integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) montaram acampamento na Esplanada Cívica, na Assembléia Legislativa, às 5 horas da manhã do dia 24, onde permaneceram até as 19 horas do dia 25. A ocupação aconteceu de forma pacífica e faz parte de uma mobilização nacional que busca sensibilizar o governo federal a assentar 150 mil famílias. Outros 400 manifestantes ocuparam a sede do Inbra, em Chapecó.

"A Assembléia Legislativa é uma estrutura pública e não

estamos aqui para fazer a manifestação, mas para usar o espaço e nos locomover para outros locais", explicou Miguel da Silva, um dos líderes do MST em SC.

O movimento apresenta duas pautas reivindicatórias direcionadas aos governos federal e estadual. Na pauta nacional, além de assentar 150 mil famílias, o MST reivindica, entre outros pontos, a atualização dos índices de produtividade, que considera defasado há mais de 30 anos, a garantia de cesta básica de alimentos para todos as famílias acampadas,

mensalmente, a renegociação das dívidas dos assentados e a criação de um crédito especial de reforma agrária para as famílias assentadas.

Na pauta estadual, eles cobram, entre outros itens, a viabilização de mais 20 veículos para assistência técnica, a cota de calcário para as cooperativas dos assentamentos (viabilizar convênio guarda-chuva com a cooperativa central de Reforma Agrária de SC - CCA-SC) e crédito de capital de giro e investimentos para as agroindústrias.

Encontro na Capital discute o fim do trabalho infantil

Integrantes da sociedade civil, dos órgãos públicos e instituições comprometidas com a erradicação do trabalho precoce se reuniram, dia 24, no auditório da Fecomércio, em Florianópolis, na Jornada Catarinense pela Erradicação do Trabalho Infantil. O encontro teve objetivo de redefinir o papel de cada segmento da rede de proteção ao trabalho infantil, diagnosticar os obstáculos encontrados e implementar novas abordagens de ação.

Segundo a representante do Fórum Nacional de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Maria de Oliveira, apesar do Brasil ser apontado como referência mundial no combate a essa prática, indicativas mostram que as estratégias não estão resolvendo o problema. Hoje, cerca de 5 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, trabalham em algum tipo de atividade.

Em Santa Catarina, são 70 mil crianças que contribuem com a renda familiar – 51 mil na zona rural e 19 mil na urbana. "Por questões culturais, aqui em Santa Catarina há uma forte defesa que o trabalho forma o caráter da criança. Apesar do estado ter o maior percentual do país de

crianças e adolescentes de 7 a 14 anos matriculados nas escolas, não significa que o aprendizado está ocorrendo", ponderou.

Sem verbas

A representante do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina, Cristine Fortes, disse que não há verbas para os programas. "Desde 2004 o governo estadual não repassa verbas para que técnicos possam trabalhar e, com isso, toda a área da criança e do adolescente no estado está abandonada. A alegação é a falta de recursos". Cristine disse ainda que os representantes do fórum estão aguardando uma audiência com o governador do Estado para tratar desse assunto e saber se para o próximo ano os recursos serão repassados.

O deputado professor Sérgio Grandó (PPS), que esteve no encontro representando o Poder Legislativo, observou que o trabalho infantil é um problema grave e que a solução não está apenas nas leis e nos órgãos governamentais. "É preciso a mobilização de toda a sociedade", concluiu.

INSTITUCIONAL



Eduardo Guedes de Oliveira

Sociedade participa da reunião, no Auditório Antonieta de Barros, exibindo faixas na luta contra o mineral

Audiência pública alerta para riscos do amianto

Em discussão, projeto de lei que proíbe uso no estado do mineral reconhecido como cancerígeno

Audiência pública debateu, dia 24, o Projeto de Lei nº 366/07, que proíbe, a partir de janeiro de 2008, o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto (asbesto) ou outros minerais que tenham fibras de amianto na sua composição. Organizada pelos autores da proposta, deputados Jailson Lima e Ana Paula Lima (PT), a reunião contou com o apoio das comissões de Legislação Participativa, da qual Jailson é presidente, e de Saúde.

O amianto é reconhecido como cancerígeno e usado como matéria-prima na maioria das indústrias e em mais de 70% das residências no Brasil. Por tratar-se de uma questão de saúde pública,

os deputados estão discutindo o tema com representantes da sociedade, do Ministério do Trabalho, sindicatos e médicos.

Conhecido desde os primórdios, o mineral já era usado 400 anos antes de Cristo na composição de cerâmicas. Dessa época, segundo os historiadores, já se tem notícia de que provocava doenças entre os escravos. O amianto sempre foi muito útil porque não pega fogo, não corrói, é resistente como o aço e é formado de fibras que podem ser transformadas em tecidos que suportam altas temperaturas.

Apesar de toda essa utilidade, o mineral provoca doenças graves como asbestose (endurecimento lento do pulmão), mesotelioma

de pleura e peritônio (tumor maligno que pode se manifestar até 35 anos após a contaminação), derrames, cânceres de faringe e do aparelho digestivo, entre outras doenças.

Jailson Lima, que é médico, lembrou dos perigos da continuidade do uso do amianto, muito utilizado, por exemplo, na confecção de caixas d'água.

Ana Paula informou que a intenção é estender o debate da matéria para todo o estado e atuar para que todos esses produtos possam ser substituídos por outros que não sejam nocivos. A parlamentar lembrou que vários estados já aprovaram suas leis – como São Paulo, no dia 26 de julho deste ano.

Matéria-prima não poderá ser usada em brinquedos e artigos escolares

O projeto de lei estende o veto ao amianto a produtos, materiais ou artefatos destinados à utilização por crianças e adolescentes, como brinquedos e artigos escolares, e de uso doméstico; eletrodomésticos, tecidos, luvas, aventais e muitos outros. Também os órgãos da administração direta e indireta do Estado, serão proibidos de adquirir, utilizar e instalar, em suas edificações e dependências, materiais que contenham amianto.

Dos trabalhos participaram, além de Jailson e Ana Paula, os

deputados Dirceu Dresch e Décio Góes, do PT, o líder do governo na Assembleia, João Henrique Blasi (PMDB), a auditora do Ministério do Trabalho e fundadora da Associação Brasileira das Vítimas do Amianto, Fernanda Gianassi, o médico pneumologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e professor da Escola Nacional de Saúde Pública, Hermano Castro, os representantes da Comissão Nacional dos Trabalhadores do Amianto (CNTA), Adilson Santana e Emílio Alves Ferreira Júnior, e o presiden-

te da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto Ramos, que defendeu orientação ao profissional que lida com o mineral. "O Brasil precisa fazer um estudo para que a matéria seja abolida de vez."

A gerente do Projeto Amianto, Fernanda Giannasi, mostrou, através de um vídeo, o panorama internacional e nacional sobre o amianto. A França aprovou a sua proibição há 10 anos e o considerou a maior catástrofe sanitária do século XX.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Com um corpo de profissionais habilitados para atuar na prevenção e assistência à saúde dos deputados e servidores da Assembleia Legislativa e de seus dependentes, a Coordenadoria de Saúde e Assistência tem à frente o odontólogo Jacob Tancredo Knabben. O coordenador informa que este setor é responsável por atendimentos desde a medicina e odontologia preventiva até a nutrição e assistência psicológica.

Setores que integram a Coordenadoria

Médico: medicina preventiva, de urgência e clínica médica. As especialidades são: psiquiatria, dermatologia, cardiologia, pediatria, clínica geral, pneumologia, nutrologia e oftalmologia.

Enfermagem: primeiros-socorros, administração de medicação, curativos, aferição de sinais vitais, nebulizações e outros procedimentos.

Serviço Social: visitas domiciliares, visitas hospitalares e entrevistas, visando verificar a situação social do servidor e de sua família, participação em campanhas que desenvolvam ações voltadas à saúde do servidor.

Fisioterapia: atendimentos nas áreas de ortopedia, traumatologia e reumatologia, avaliação e tratamento mediante encaminhamento médico.

Interativa: atendimento na área de naturologia aplicada (práticas naturais como recurso terapêutico eficaz).

Nutrição: avaliação do estado nutricional a partir de diagnóstico clínico, exames laboratoriais, anamnese alimentar e exames antropométricos, estabelecimento de dietas, exames complementares.

Psicologia: atendimento psicológico, estudos, análises e diagnósticos, apoio na área de ambulatório médico e enfermagem e diagnóstico psicopedagógico.

Odontologia: assistência odontológica ambulatorial, diagnóstico, prevenção, restaurações, exodontias, profilaxias, Raios-X e outros procedimentos.

Laboratório: exames laboratoriais nas áreas de hematologia, uroanálise, parasitologia, imunologia, ácido úrico, colesterol, glicose, triglicerídios e outros.

Atribuições da Coordenadoria

- Prevenção e assistência à saúde dos deputados, servidores ativos e inativos, inclusive seus dependentes, militares, estagiários e servidores terceirizados, exceto seus dependentes.
- Inspeções e exames periciais e laboratoriais para admissão, licença e aposentadoria por invalidez.
- Solicitar exames realizados por outros serviços de saúde oficiais quando necessários à expedição de laudos e atestados.
- Manifestar-se em processos administrativos que versem sobre matéria relacionada a suas atribuições.
- Elaborar trabalhos sobre medicina preventiva e alternativa.
- Controle rigoroso do estoque de medicamentos.
- Registro diário dos atendimentos e seu arquivamento conforme a Tabela de Temporalidade da Assembleia Legislativa.
- Colaborar no estudo de questões pertinentes a sua área de especialização e de interesse da Assembleia.
- Proceder exames laboratoriais de interesse dos deputados, servidores e seus dependentes.
- Prestar atendimento domiciliar de serviço domiciliar aos servidores em licença médica, quando necessário.
- Desenvolver ações de saúde em caráter eletivo ou de urgência em todos os setores existentes na coordenadoria, promovendo também ações interativas.
- Promover a prevenção em saúde visando ao bem-estar biopsicossocial dos servidores, além de avaliar a capacidade laborativa, fundamentando decisões de admissão, licença para tratamento de saúde individual ou familiar, licença-maternidade, readaptação e aposentadoria.

Fontes: Coordenadoria de Saúde e Assistência • (48) 3221-2517
Coordenadoria de Informações • (48) 3221-2892 • ci@alesc.sc.gov.br

ESPECIAL

Violência sexual contra crianças e adolescentes desafia a sociedade

Unicef estima que a cada ano um milhão de crianças entram para o mercado do sexo no mundo. Cerca de 10% desses meninos e meninas estão distribuídos no Brasil, Filipinas e Taiwan, apontados como destinos do turismo sexual

Andréa Leonora

As manchetes dos jornais comprovam a banalização da violência sexual contra crianças e adolescentes. No site mantido pela organização "Brasil contra a Pedofilia", o link para Santa Catarina traz 22 matérias com este tema colhidas na imprensa neste mês de setembro. Entre estas, apenas quatro têm abordagem positiva e falam sobre ações de proteção. As outras 18 relatam casos e dão a dimensão de um drama que incomoda e envergonha nossa sociedade.

As vítimas têm a identida-

de protegida pelas siglas que substituem seus nomes e pelas tarjas que escondem seus olhos, conforme prevê a legislação. Mas não se conseguiu protegê-las do abuso sexual cometido, na maior parte das vezes, dentro de suas próprias casas e por pessoas com as quais tinham relação de absoluta confiança.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estima que, a cada ano, pelo menos um milhão de crianças entram para o mercado do sexo no mundo. Cerca de 10% desses meninos e meninas estão distribuídos entre Brasil, Filipinas e Taiwan,

países apontados como principais destinos internacionais do turismo sexual. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) indica que prostituição infantil, tráfico de drogas, turismo sexual, tráfico de pessoas, pedofilia e pornografia estão entre as práticas de exploração comercial que atingem pelo menos 100 mil crianças e adolescentes em nosso país.

Em 2000, o governo do Estado instituiu o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, tendo como data o dia 24 de setembro. Mas, em 2005,

um trabalho apresentado pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Unicef ainda mostrava Santa Catarina na quinta posição entre os estados brasileiros onde foi identificada a prática da prostituição infantil.

Em 57 municípios de nosso estado existe este tipo de exploração comercial da infância. Em todo o Brasil, são 937 as cidades relatadas. O Nordeste encabeça a lista (31,8%), seguido pelo Sudeste (25,7%), Sul (17,3%), Centro-Oeste (13,6%) e Norte (11,6%). Em números absolutos, São Paulo lidera este ranking, com 93 cidades atingidas.

Ocorrências aumentam 20% no primeiro semestre

A assistente social e secretária executiva do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Eliane Delamar Roque, revela que a situação é de fato grave. Nos primeiros seis meses de 2006 foram registrados 2.417 casos de violência sexual e outros 375 de exploração sexual vitimando crianças e adolescentes, num total de 2.792 ocorrências.

"De janeiro a junho deste ano tivemos um aumento de 20% no número de casos e chegamos a 2.914 ocorrências, sendo que 2.639 de violência e 275 de exploração sexual", informou.

Campanha

Se, por um lado, o crescimento do número assusta, por outro pode estar demonstrando o êxito de uma campanha nacional e internacional que combate sistematicamente este tipo de crime.

"Denunciar é a palavra-chave, sem dúvida. Mas não queremos mais apenas atender vítimas desse tipo de violência. Queremos, antes, prevenir, evitar que os casos ocorram", explica a assistente social.

O fórum tem como objetivo a mobilização e articulação para o atendimento. Para Eliane, é

fundamental que a criança tenha condições de diferenciar o que é afeto do que é violação.

Denise Maria Izidoro é escrivã da Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente e à Mulher de Florianópolis. Formada em História e com especialização pela Universidade de São Paulo (USP) sobre Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes, ela trabalha há mais de 10 anos dando o primeiro atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência. E admite que ainda se assusta com casos que ouve, em número sempre crescente.

Inquéritos

Só de janeiro a agosto de 2007 foram instaurados 79 inquéritos policiais por abuso e violência sexual. "Mas nós, que trabalhamos com esse assunto diariamente, temos a consciência de que tudo o que conhecemos é apenas a pontinha de um iceberg. A violência sexual infanto-juvenil não escolhe credo, raça ou condição social e muitos casos não chegam aos órgãos de proteção", preocupa-se.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os casos denunciados são apenas 2% do total estimado de ocorrências deste tipo.



Peças publicitárias da campanha do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Infanto Juvenil

Sentinela, uma mão estendida

A assistente social Rosiani Caetano Gonçalves trabalha no Programa Sentinela de Florianópolis, criado pelo governo federal e mantido por 51 prefeituras catarinenses. Quando informada sobre o tema da entrevista ela imediatamente desabafou: "O problema é grave, a demanda é grande e o número de denúncias é crescente. A situação é caótica".

O Sentinela atende vítimas de violência e, entre estas, vítimas de violência sexual. Para Rosiani, a principal função do serviço é desmistificar a questão da violência e mostrar que ela ocorre mais vezes do que se imagina, sempre de forma muito cruel por atingir cidadãos sem

condições de se defender. Ela lembra que existem diferentes formas de abuso sexual, desde a sedução, telefonemas obscenos e voyeurismo até o estupro. Há ainda os casos de exploração sexual, quando há gratificação, recompensa em presentes ou em dinheiro. "Como consequências podemos citar os casos de gravidez precoce, contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e, é claro, os traumas psicológicos", enumera a assistente social.

Dois equipes, uma de diagnóstico e outra de acompanhamento, trabalham no Sentinela de Florianópolis. São compostas por psicólogos e assistentes sociais

que estudam os casos para medir os riscos e tomar as primeiras providências. Em casos extremos, a vítima é retirada do convívio familiar. Só no primeiro semestre deste ano o Sentinela da Capital atendeu 681 casos, dos quais 14 eram por exploração sexual. Em todo o ano de 2006 foram registrados apenas 12 casos deste tipo. "A violência, em qualquer forma, é um fenômeno complexo e multicausal, difícil de enfrentar. E a nossa sociedade ainda tem arraigados conceitos arcaicos. Aceitam como normal dar uma palmada na criança, mas a palmada pode chegar a uma violência fatal."

Demora no atendimento aumenta risco

A assistente social Dirte Souto Meurer, em seu trabalho de dissertação para o programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), identificou que o que já é ruim pode ficar ainda pior. É que os órgãos que lidam com o problema não têm a estrutura necessária para atender toda a demanda e, com isso, há uma demora excessiva no início do atendimento.

A investigação feita pela assistente social apontou o tempo de espera por acompanhamento como um fator determinante de risco para a reincidência da violência sexual. "A medida que as crianças e adolescentes não são atendidos, a convivência com o agressor se prolonga e, conseqüentemente, os abusos

não são interrompidos. Em alguns casos que observei, essa convivência se estendeu por anos e, nesse período de espera, entre outras conseqüências, duas vítimas engravidaram, levantando fortes suspeitas sobre o agressor", relatou. Por outro lado, a passividade da figura materna também revelou perigo para as vítimas, podendo ocasionar abusos sexuais múltiplos.

De acordo com Dirte, as crianças que não contam com a proteção materna ou com uma rede familiar acolhedora, tornam-se vulneráveis, pois, solitárias e desprotegidas, não conseguem romper com o "pacto de silêncio", sendo forçadas a manterem o segredo em torno do circuito abusivo.

Assembléia contribui com debate e leis

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa recebeu, dia 28, representantes do Ministério do Turismo, da Federação Brasileira de Convention & Bureaux, do Centro de Excelência em Turismo da UnB e da Santur para o início da etapa estadual do programa Turismo Sustentável & Infância. O programa prevê seminários, encontros preparatórios para a discussão de metodologias para proteger crianças e adolescentes da exploração sexual no turismo.

O presidente da comissão, deputado Décio Góes (PT), disse que há esforço no governo federal para que as atrações

turísticas do País voltem a ser somente as belezas naturais, a diversidade cultural, a cordialidade do povo.

O tema da violência sexual infanto-juvenil é recorrente na Assembléia. Duas leis foram recentemente aprovadas. Uma de autoria da ex-deputada Simone Schramm (PMDB), que obriga a publicação nas seções de classificados de jornais de frases de advertência quanto à exploração sexual e maus-tratos contra crianças e adolescentes. A líder do PRB, deputada Odete de Jesus, é autora da lei que autoriza a fixação de cartazes nas salas de aula com os telefones para denúncias.

Disque 100 para denunciar

Recentemente o governo federal lançou uma campanha publicitária para incentivar a denúncia e combater a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes. O Disque 100, número de abrangência nacional, é de fácil assimilação. As denúncias feitas por meio do Disque 100 têm ajudado a formar um quadro sobre o assunto:

- 2 mil ligações por dia (média)
- meninas são as principais vítimas (62% dos casos)
- o abuso sexual é mais comum na faixa etária dos 7 aos 14 anos
- a exploração sexual tem mais vítimas dos 15 aos 18 anos e o agressor, boa parte das vezes, é um parente próximo da vítima

Crianças abusadas sexualmente não falam. Fale por elas.

INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Considerado “mago dos efeitos visuais ou de computação gráfica”, Hans Donner esbanja amor pelo Brasil e afirma que tem obrigação de dizer que viver aqui é um paraíso

O talento e a criatividade de Hans Donner

Designer dá show na quinta edição do programa “O Brasil em Debate” fazendo balanço de sua bagagem profissional

Andreza de Souza

A atuação extra-televisiva do designer Hans-Jurgen Donner, considerado o “mago dos efeitos visuais ou da computação gráfica”, foi destaque, dia 26, na quinta edição do programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa. Com o tema “Talento e Criatividade”, Donner ministrou palestra surpreendendo as quase 500 pessoas que lotaram o Auditório Antonieta de Barros, entre profissionais de comunicação, estudantes e outros interessados em conhecer a trajetória profissional do designer mais famoso do

mundo.

A platéia que ficou frente a frente com o sinônimo de criatividade e inovação no país observou, atentamente, Hans Donner expor a mistura certa de razão e emoção com que realiza seus trabalhos. Numa explanação singular, o profissional da área do design compartilhou suas mais importantes e bem-sucedidas experiências, abordando temas como a vida, sua relação e paixão pelo Brasil, a criação da marca e da identidade visual da Rede Globo de Televisão, como também a concepção do projeto “Timedimension” e da associação

com a Microsoft.

Donner fez inicialmente flashback da sua vida e contou como foi a sua permanência no Brasil, segundo ele, um país maravilhoso, mas que precisa de mais atenção dos políticos e de todas as pessoas que nele residem.

Hans também falou da alegria de visitar Florianópolis, cidade que lhe proporcionou bons momentos na apresentação da abertura do Fantástico, em 1992, no 1º encontro do Mercosul; na inauguração do relógio símbolo dos 500 anos do Brasil, na Avenida Beira Mar Norte em 2000, além de outros momen-

tos agradáveis nas belas praias e nos rodízios de camarão.

Ele enumerou seus trabalhos de sucesso, desde a criação da marca da TV Globo e de toda a sua identidade visual, da abertura de outros programas do grupo, das criações de aberturas de novelas como a de “Selva de Pedra”, exibida 21 anos atrás. Também mostrou a abertura da próxima novela das oito, “Duas Caras”, que utiliza o trabalho de ex-presidiários, moradores de uma favela carioca, que construíram uma favela em miniatura. Foram muitas histórias que encantaram pelo trabalho, sorte e sucesso.

Um novo visual do tempo

O designer criou o Timedimension, um marcador de tempo que integra o Windows Vista, novo sistema operacional da Microsoft inspirado no conceito de tempo do universo. A passagem das horas se dá através da alternância de noite e dia. “Quero espalhar para todo o mundo o conceito de novo tempo. Fui escolhido para tentar trazer mais beleza e humildade, a cada instante, a cada segundo”, disse Donner, que considera a criação do relógio do tempo sua grande missão.

O Timedimension é um marcador formado por círculos concêntricos e que reproduz, de

forma estilizada, a passagem do tempo pelas variações de claro e escuro. “Gostaria que o mundo adotasse um novo visual do tempo, assim como fez Santos Dumont ao criar o relógio de pulso. Quero revolucionar a forma como as pessoas acompanham o tempo”. E acrescentou: “Meu relógio Timedimension é meu filhote de design mais querido. Tive que esperar oito anos para poder vê-lo se transformar em realidade.”

Do amor e da vida em família, Hans falou da esposa Valéria e dos dois filhos, segundo ele, seus presentes da vida.

Progresso dá espaço ao amor na bandeira do Brasil

Hans Donner considera que a bandeira do Brasil, símbolo oficial da Pátria, está errada, já que a linha com as palavras Ordem e Progresso está em declínio. “No design, o conceito de positivo é sempre da esquerda para a direita e apontando para cima. O símbolo da Pátria está com defeito de design e nosso ‘progresso’ está despencando”. Numa releitura da bandeira, o designer trocou o círculo por um coração e incluiu a palavra amor, ficando “Amor, Ordem e Progresso”. A nova ban-

deira foi estampada em camisetas e já se tornou pano de fundo de shows no país. Conforme o palestrante é preciso ter muito amor pela pátria. “Cheguei, amei e valorizei o Brasil, este país maravilhoso que me acolheu. Tenho a obrigação de dizer que viver aqui é um paraíso”.

Aplaudido de pé, Hans Donner finalizou a palestra dizendo: “Vocês vão me ajudar a espalhar a beleza no mundo. Vocês jamais irão esquecer a viagem que fizemos juntos. Vamos com amor”.

Biografia

Hans Donner nasceu na Alemanha, onde ficou por apenas dois anos. Foi radicado desde pequeno na capital da Áustria, Viena, onde terminou seus estudos na Hohere Graphische Bundeslehr-und-Versuchsanstalt, uma das escolas de design mais famosas da Europa. Decidiu tentar a vida no Brasil, depois de assistir a uma reportagem sobre pintura rupestre e material de propaganda criado pelos designers brasileiros.

Hoje o trabalho de Donner vai da moda à arquitetura, do design corporativo a palestras para organizações.

Igualmente felizes em suas palestras, o jornalista e escritor Caco Barcelos, a escritora Lya Luft, o esportista Lars Graef e o navegador Amyr Klink, já participaram do programa “O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa”, iniciativa do Parlamento, com apoio da Associação Catarinense de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas.

COMISSÕES

Audiência debate fundo para Defensoria

Reunião que tinha como tema assessoria dativa, mantida por convênio do Estado/OAB, discute também defesa pública



Solon Soares

O encontro no auditório Antonieta de Barros reacendeu discussão em torno da criação da Defensoria Pública

Adiada definição da CPI da Casan

Novo pedido de vista, desta vez formulado pelo líder do PP, Joares Ponticelli, prorroga em mais uma semana as definições sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Casan. A iniciativa foi tomada após a apresentação do parecer do deputado Marcos Vieira (PSDB) pelo arquivamento das investigações.

No relatório sobre o requerimento que pede delimitação do foco da denúncia a ser investigada, Vieira alega duplicidade de investigação, uma vez que o assunto está sendo acompanhado pelo Ministério Público. Também destaca impossibilidade de cometimento de ato ilícito por pessoa jurídica,

no caso a Casan. O relatório foi apresentado dia 25, na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB).

Marcos Vieira argumenta que o artigo 93 do Código de Processo Penal recomenda que, quando houver duplicidade de investigação, o agente público responsável pela investigação, no mínimo, suspenda o seu andamento até conclusão da outra, como forma de se evitar soluções conflitantes. "Uma CPI conduzida pelo Legislativo serviria, no máximo, de prova para ação judicial. Não se pode condenar por meio de uma CPI. A condenação é prerrogativa do processo judicial,

assim a prioridade deve ser do Ministério Público", defende.

O parlamentar afirma que a CPI peca por citar a pessoa jurídica Casan. "Nunca se pode atribuir a pessoa jurídica a prática de qualquer ato ilícito criminal. Sendo esta uma empresa pública, vale dizer, que estarão - a empresa e seus empregados -, estigmatizados como integrantes de farsa ou negociata praticados por pessoas físicas que sequer mereciam integrar seus quadros caso os fatos denunciados fossem verdadeiros. O que se admite hoje na jurisprudência são processos ambientais. Desta forma, a CPI perde o foco de investigação", acrescenta Vieira.

Criados dois cargos

Foram aprovados na CCJ dois projetos de resolução, da Mesa da Assembléia, criando dois cargos em comissão para as funções de procurador geral e procurador geral adjunto. Segundo o diretor geral, Neroci Raupp, esta foi a medida legal encontrada devido à aposentadoria compulsória, no próximo mês, do chefe da Procuradoria Jurídica, Michel Curi. O outro projeto determina que a ocupação do cargo de diretor geral, assim como os de procuradores, deverá ser feita exclusivamente por servidores efetivos.

Deputado justifica pedido de vista

O deputado Joares Ponticelli acusa que a intenção da bancada governista é "sepultar a CPI", e justifica o pedido de vista para melhor análise do parecer do deputado Marcos Vieira. Ao ler notícias veiculadas pela imprensa, Ponticelli alertou que "podem haver interesses pessoais" do relator.

De acordo com um colunista político, a Secretaria de Administração teria confirmado que o deputado Marcos Vieira estaria intermediando contato com o Executivo para o credenciamento de um banco para conceder empréstimos consignados aos servidores estaduais. Marcos Vieira destacou que "desconhece o fato" alegado por Ponticelli.

O deputado Pedro Uczai

(PT) argumentou que não haveria necessidade de parecer da Comissão do Constituição e Justiça, de acordo com o que dispõe o artigo 41 do regimento interno, uma vez que a criação e instalação da CPI cumpriram todas as etapas previstas, como o número mínimo de assinaturas e a determinação do presidente da Casa para indicação dos membros de cada bancada. Uczai destacou ainda que há um objeto "extremamente determinado e explícito". O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), respondeu que é da essência da CCJ ser órgão que vem a dirimir controvérsias e que, se houve procrastinação, "que não venham dizer que desta vez é da base governista".

A criação do Fundo Especial da Defensoria Dativa, através do Projeto de Lei Complementar 31/07, do Executivo, foi o tema central da audiência pública, dia 26, promovida pelas comissões de Justiça, Finanças e Trabalho. Proposto pelos deputados Décio Góes (PT) e Odete de Jesus (PRB), o encontro atraiu representantes da OAB, estudantes e defensores públicos. No debate, foi abordada também a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina, único estado a não oferecer este serviço, que facilita o acesso da população de baixa renda ao Judiciário.

Previsto pela Constituição Federal, a Defensoria Pública repassa ao Estado a missão de promover concurso para defensores. Em Santa Catarina, por enquanto, a realidade é outra: o serviço é feito por quatro mil advogados, que prestam a defensoria dativa, recebendo recursos do governo. O problema é que ao longo dos anos os pagamentos não ocorreram de forma regular e hoje a dívida com a OAB ultrapassa os R\$ 50 milhões.

O Fundo Especial da Defen-

soria Dativa teria função de quitar a dívida com os advogados e receberia 0,1% da receita do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

Discussão

"A defensoria dativa tem problemas constitucionais", declarou Décio Góes, numa referência à ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) movida pela Associação dos Defensores Públicos Federais contra o governo pela prática da dativa.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), afirmou que a defensoria dativa catarinense atende todos os municípios. Disse ser favorável ao projeto do Fundo e que não tem preconceitos em relação à Defensoria Pública, mas que o problema é financeiro. "Seriam necessários R\$ 500 milhões por ano e estaremos impossibilitados por falta de recursos", afirmou Blasi.

O projeto do Fundo Especial foi aprovado na Comissão de Justiça e na próxima semana deverá ser deliberado nas comissões de Finanças e de Trabalho.

Finanças aprova reajuste de taxas

Um longo debate antecedeu a aprovação, na Comissão de Finanças e Tributação, do Projeto de Lei nº 229/07, que reajusta taxas de atos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

A matéria relatada pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), de origem do Executivo, tramita em regime de urgência e visa repor a inflação do período. De acordo com o relator, o reajuste ficará em torno de 11%, sendo utilizado o INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor). "A proposta não traz aumento de carga tributária, apenas atualiza valores que estão mantidos desde 2002", disse.

Os deputados Silvío Dreveck (PP), Décio Góes (PT) e Odete de Jesus (PRB) se manifestaram contrários. Góes disse que atitudes como essa

alimentam a cultura da inflação. "A receita do Estado vem crescendo, o que não justifica o aumento", observou. Outro alerta feito pelo petista é de que existe problema no projeto, já que os novos valores previstos deveriam apenas ser praticados no próximo exercício fiscal. Mas do projeto consta que a cobrança passa ser imediata.

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, reconhece que num primeiro momento houve equívoco na proposta, mas foram feitas correções. O deputado José Natal Pereira (PSDB) defende a medida. "Vai onerar a sociedade sim, mas o tempo todo clamamos pela segurança e esse reajuste vai gerar recursos, os quais 50% vão ficar destinados aos municípios."

A reunião foi presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB).

Funcionalismo em estado de greve pede intermediação do Legislativo

Servidores querem que Assembléia interceda junto ao Executivo para garantir audiência com governador

Três assembléias gerais definiram, dia 25, em Florianópolis, as reivindicações dos servidores estaduais da Saúde, da Educação e da Segurança Pública. Todos estão em estado de greve, conforme relataram seus representantes em entrevista coletiva na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa.

No mesmo dia, ainda de manhã, o secretário de Estado da Administração, Antônio Gavazzoni, anunciou que a folha de pagamento do funcionalismo está no limite da Lei de Responsabilidade Civil e que não há recursos para conceder reajustes.

As três categorias criaram um comando de mobilização e vão convidar outros setores para aderirem. Também elaboraram um documento endereçado ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), com a pauta de reivindicações e solicitando que o Legislativo interceda junto ao governo do Estado para garantir audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

A entrevista coletiva dos sindicalistas aconteceu depois que todas as categorias participaram de uma manifestação na Praça Tancredo Neves, em frente ao Legislativo, recebendo também o apoio dos integrantes do MST, acampados na esplanada do Palácio Barriga

Verde. Estiveram na manifestação a deputada Odete de Jesus (PRB) e o deputado Sargento Soares (PDT).

Conforme esclareceram a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Edileusa Garcia, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Danilo Ledra, e o sargento Manoel João da Costa, presidente da Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc), todos estão lutando para que o governo do Estado destine mais verbas para que os três setores possam funcionar e atender bem as necessidades da população.

Os trabalhadores em educação estão em estado de greve desde o dia 26 e até o dia 5 de outubro. Nesse período, as aulas serão de apenas 30 minutos – em vez dos 45 minutos normais.

Regional

Na saúde, o calendário de mobilizações começa no dia 3 de outubro. Nesse dia haverá uma paralisação no Hospital Regional, das 14 às 15h, e assim sucessivamente em todas as unidades no Estado.

Se até dezembro o governo não cumprir as reivindicações dos praças, a Aprasc vai reunir em Florianópolis todos os seus integrantes e iniciar a greve.



Servidores estaduais saem às ruas da Capital cobrando resposta do governo à pauta de reivindicações

Deputados questionam postura de secretário

Vários deputados destacaram em Plenário a mobilização dos trabalhadores da educação, saúde e segurança pública do Estado, essa semana, em busca de melhores condições de trabalho. Insatisfeito com algumas ações do governo estadual, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) voltou a questionar com indignação a postura do secretário de Estado da Administração, Antônio Gavazzoni, que respondeu pela imprensa as indagações dos servidores.

Na oportunidade, o parlamentar ainda criticou a apro-

vação da Medida Provisória 137/07, que concedeu, através do Prodec, isenção fiscal de até 75% para empresas.

“O Poder Executivo pode gastar até 49% do valor da receita para a folha de pagamento, um dos itens reivindicados pelos servidores, porém informou que para fazer uma negociação com a classe teria que reduzir para 41%. Atualmente ele só está utilizando 46%”, acrescentou.

O deputado Dirceu Dresch (PT) também não gostou das declarações do secretário da Administração, e considerou

lamentáveis as desculpas de que não existe dinheiro para dar os reajustes salariais, a isonomia e as contratações reivindicadas pelos servidores estaduais. Por isso, está enviando ao governo vários pedidos de informação.

Defendendo maior atenção à classe dos servidores da educação, considerada pela deputada Odete de Jesus como a base para as demais formações profissionais, a líder do PRB, manifestou-se favorável às reivindicações dos servidores da educação da rede pública estadual.

APROVADO

Recursos para pesquisa científica e tecnológica

Os recursos incidentes sobre a exploração de carvão mineral destinada a Santa Catarina, serão aplicados pelo Estado, em conta específica, na Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - Fapesc.

Neste sentido, foi aprovado Projeto de Lei n.º 440/07, de autoria do Executivo, que trata da destinação da Compensação

Financeira pela Exploração Mineral – CFEM.

Dos recursos destinados à Fapesc, 80% serão utilizados em financiamento de programas e projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação tecnológica do setor de mineração do carvão catarinense, enquanto os 20% restantes serão aplicados na concessão de bolsas para alunos carentes.

Orientação sexual

O elevado número de partos entre mães adolescentes foi destacado, dia 26, Dia Mundial de Prevenção da Gravidez na Adolescência, pelo deputado Jailson Lima (PT).

De acordo com o parlamentar, em 2005 nasceram no Brasil 500 mil crianças de mães com idade entre 12 e 16 anos.

Jailson defende que os adolescentes recebam na escola aulas de orientação sexual. O parlamentar lembra que 17% das jovens abandonam os estudos em decorrência da maternidade precoce. Com a informação, acredita que o índice venha a ser reduzido.

Doação de órgãos

A Secretaria de Estado da Saúde, através da SC Transplantes, promoveu a campanha “Preserve a vida, seja um doador de órgãos”, dia 27, em comemoração ao Dia Nacional de Doação de Órgãos e Tecidos. O deputado Antônio Aguiar (PMDB) informou que os funcionários da SC Transplantes estiveram no Terminal Urbano do Centro de Florianópolis, para distribuir panfletos e outros informativos.

Santa Catarina é o estado líder em doação de órgãos do País. Só no primeiro semestre de 2007 foram 14,7 doadores para cada mil habitantes, quase três vezes a média nacional.

Unidade de Internação

O aumento nos casos de violência juvenil em Joinville voltou a ser destacado pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB). Ele defendeu a instalação de uma Unidade de Internação Juvenil, uma das prioridades elencadas no Orçamento Regionalizado do próximo ano. “Já estou me adiantando e pedindo ao governador o cumprimento desta prioridade. Joinville precisa frear esse problema. Temos que fazer alguma coisa por esses meninos.” Conforme Nilson, a Polícia já está desestimulada porque prende, praticamente, todos os dias pela manhã os mesmos menores infratores que são libertados à tarde.

PLENÁRIO

Venzon critica proposta de ministro da Saúde sobre reajuste na tabela do SUS



Venzon: proposta indecente

O aumento médio de 30% em cerca de mil procedimentos ambulatoriais e hospitalares da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) anunciado no dia 24, em Fortaleza, pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, foi rechaçado em Plenário pelo deputado Serafim Venzon (PSDB.)

No dia 26, Venzon acusou o ministro de fazer uma proposta indecente aos brasileiros quando condicionou o reajuste da tabelas do SUS à aprovação da prorrogação

da CPMF no Congresso Nacional.

De acordo com o parlamentar, a defasagem em 13 anos de estabilização da tabela chega a 120% e no sistema SUS já atinge R\$ 75 milhões. "Enquanto não corrigirmos a tabela, teremos que envolver órgãos como a Secretaria da Saúde, que tem feito o papel de intermediária entre os hospitais públicos do Estado e o Ministério da Saúde. Os hospitais conveniados ao SUS correm o risco de fechar as portas", avisou.

Bellini cobra do governador construção de presídios regionais

Preocupado com a área de segurança pública em Itajaí, Balneário Camboriú e Camboriú, o deputado Jandir Bellini (PP) está pedindo providências ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) para que seja colocado em prática o projeto de construção do presídio regional. Segundo informou, a promessa de obras do presídio foi feita em junho de 2005.

"Anunciaram que em 60 dias dariam início à obra. As três cidades fizeram a sua parte, desapropriando um terreno de 140 mil metros



Bellini: situação perigosa

quadrados, mas hoje, mais de dois anos depois, nem sequer o início da construção aconteceu e não há informações sobre o projeto", disse Bellini.

O deputado observou que a situação, por exemplo, em Itajaí, é muito delicada, com os jornais denominando o presídio do município de "panela de pressão". Numa batida da PM em apenas dez celas das pouco mais de 50 foram encontrados torrões de maconha, sete aparelhos de telefone celular e 11 espetos.

Odete elogia AL Notícias

A deputada Odete de Jesus (PRB) elogiou, dia 25, o trabalho dos jornalistas da Diretoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa no jornal AL Notícias. "O nosso jornal tem uma importância muito grande, chegando a parte da população catarinense, através de entidades, prefeitura e Câmara de Vereadores de todos os municípios.

Quero parabenizar a equipe pela matéria sobre a melhor idade, dedicando duas páginas para esse tema", enfatizou Odete.

A parlamentar também registrou a reportagem sobre a homenagem ao prefeito de Joinville, Marcos Tebaldi, que recebeu do Legislativo o título de Cidadão Catarinense.

Kennedy repudia aumento nas taxas ambientais

Contrário aos aumentos das Taxas de Prestação de Serviços Ambientais que o Executivo busca através do Projeto de Lei nº 412/07, o líder do PP, deputado Kennedy Nunes anunciou em Plenário que pediu voto vista ao projeto na Comissão de Constituição e Justiça por considerar abusivas as alterações. "Os aumentos chegam a 1.800% em algumas taxas e espero o apoio de todos os parlamentares para que o projeto não seja aprovado da forma como está sendo apresentado", observou.

Kennedy voltou a falar da posição de sua bancada no Legislativo e do papel de oposição. Lembrou que antes do recesso parlamentar ocupou a tribuna para falar do projeto de lei que aumentava, em até 900%, as taxas cobradas pelos serviços da Secretaria de Segurança Pública. "Alertamos até os parlamentares da situação, para que fossem contra o aumento. LHS não vem cumprindo com sua promessa de campanha, que

era a de não aumentar nenhuma taxa". O governo acabou encaminhando projeto com tarifas mais baixas.

Em nome do PMDB, o deputado Moacir Sopelsa disse que concorda com a preocupação de Kennedy. "Vamos respeitar o compromisso de não aumentar as taxas. Entretanto, este projeto vem para regulamentar as taxas que já são cobradas há mais de 15 anos", afirmou.



Kennedy: taxas abusivas

[GABINETES]

AUDIÊNCIAS CHAPECÓ

Os rumos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) na região Oeste será o tema de uma audiência pública no dia 28 de setembro, às 9 horas, no auditório da Faculdade Exponencial, em Chapecó. A audiência foi proposta pelo deputado estadual Pedro Uczai (PT) e será promovida pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, com o apoio do vereador de Chapecó, Marcelino Chiarello (PT), e do deputado federal Cláudio Vignatti (PT). O objetivo é reunir estudantes, professores, dirigentes, pesquisadores e educadores a fim de debater e propor soluções em relação à precariedade da infraestrutura dos campus.

Já na segunda-feira, a 1º de outubro às 9 horas, no auditório do Lang Palace Hotel, será discutido em outra audiência a implantação de biodigestores como alternativa ambiental e econômica para os suinocultores de Santa Catarina, atendendo requerimento de Uczai. Suinocultores e demais produtores rurais, pesquisadores, professores, estudantes, companhias de distribuição de energia, representantes de entidades e movimentos sociais ligadas à agricultura de várias regiões do estado já confirmaram presença. (Vagner Dalbosco, assessor do deputado Estadual Pedro Uczai)

ESCOLAS DE LEGISLATIVOS

O presidente da Escola do Legislativo de Santa Catarina, o deputado Joares Ponticelli (PP), vice-líder do PP, representou, no Encontro de Escolas do Legislativo, a Presidência da Assembleia dia 26 em Belo Horizonte (MG). Conforme Ponticelli, o evento teve como foco a troca de informações e experiências entre as escolas, a partir das perspectivas práticas educacionais nas áreas da capacitação interna, do apoio à formação de agentes municipais e da educação para a cidadania. "Atuamos sob o ângulo da ética pública e da democracia." O encontro comemorou os 15 anos da criação da Escola do Legislativo da Assembleia mineira". (Jandyr Côrte Real, assessor da bancada do PP)

REDEX

A implantação do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex -, em São Cristóvão do Sul, foi proposto em moção do deputado Onofre Santo Agostini (DEM), aprovada dia 26 em Plenário. O documento foi encaminhado ao Ministério da Fazenda, à Receita Federal e à Superintendência da Receita Federal (9ª região fiscal em Curitiba).

Desde o início do ano, Onofre vem lutando para a implantação do Redex. Em abril, o deputado pediu o empenho do governador do Estado e dos três senadores catarinenses, para a realização do projeto. São Cristóvão do Sul foi o município escolhido por sua posição geográfica, dentro do Estado, e por estar junto ao entroncamento das BRs 470 e 116, o que beneficia todos os segmentos econômicos de Santa Catarina, trazendo mais agilidade nos processos de exportação dos produtos e promovendo assim, redução de custo, celeridade e qualificação no comércio dos produtos. (Jucimar José Lazare, assessor do deputado Onofre Agostini)

FORÇA TAREFA

O mau tempo não impediu que milhares de pessoas participassem da 10ª edição da Força Tarefa e a primeira realizada em Lages. A ação social aconteceu dias 21 e 22 no Caic Irmã Dulce, no Bairro Guarujá. Durante os dois dias participantes puderam se beneficiar com inúmeros serviços gratuitos como confecção de carteiras de identidade, de trabalho e CPFs, atendimento médico e odontológico, registros de nascimento e entre muitos outros que também mexeram com a auto-estima das pessoas como corte de cabelos, manicure e pedicure.

Para Elizeu Matos (PMDB), a Força Tarefa é uma união de todos independente de partido político. "O único partido é o da solidariedade onde só quem tem a ganhar é o povo", comemorou o deputado, destacando também o envolvimento no evento da prefeitura de Lages e demais órgãos municipais e estaduais. (Carla Reche, assessora do deputado Elizeu Mattos)

COMUNIDADE

Monte Cristo quer parque urbano

Assembléia realiza audiência pública com moradores e autoridades no local

Fotos: Solon Soares



Terreno de 30 mil metros quadrados poderá abrigar o primeiro Parque Urbano da Região Metropolitana

Graziela May Pereira

Moradores e líderes comunitários do Monte Cristo lutam pela construção de um parque. Eles estiveram reunidos dia 20, na Escola Básica América Dutra Machado, no Monte Cristo, em Florianópolis, para tentar por fim ao impasse que envolve o terreno de propriedade da Companhia de Habitação (Cohab). A audiência pública realizada pela Comissão de Transportes, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), foi requerida pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

O terreno de quase 30 mil metros quadrados, conforme negociação com governo do Estado, deveria ser doado à comunidade, mas está sendo vendido pela Cohab. A possível venda deixou as 26 mil pessoas que habitam as nove comunidades do Monte Cristo preocupadas.

O professor de Arquitetura e Urbanismo, da UFSC, Lino Bragança Peres, explicou que há um projeto para a instalação do primeiro Parque Urbano da Região Metropolitana no local. O parque deverá abrigar instalações que promovam cultura, esporte, lazer e geração de

emprego e renda. "As instalações culturais estão concentradas nas regiões centrais, longe das áreas carentes das nossas comunidades. Será a maneira mais eficaz de se combater a violência urbana", observou.

Estrutura

Lino também destacou que o projeto do parque foi elaborado junto com a comunidade. Na área, do tamanho de quatro campos de futebol, serão construídas instalações esportivas com quadras poliesportivas, pistas de caminhada e rampas de skate; oficinas com cursos de informática e padaria, além do espaço reservado para música e teatro. "Realmente não é um projeto tradicional. Queremos explorar toda a área respeitando os caminhos mais existentes e a paisagem", completou.

O parque foi orçado em R\$ 4 milhões e a comunidade está lutando para receber uma emenda dos parlamentares federais catarinenses de R\$ 1,7 milhão para o início das obras. A emenda só pode ser efetivamente criada após a decisão oficial sobre o terreno.

Emenda garante parte dos recursos para projeto

Parte dos recursos para o projeto para construção do primeiro Parque Urbano da Região Metropolitana, no Monte Cristo, estão garantidos através de uma emenda ao Orçamento da União da senadora Ideli Salvatti (PT) "O dinheiro já está encaminhado, o projeto está pronto e não há, em nenhum local próximo daquela comunidade, qualquer outra área de lazer. Se o governo do Estado quer implementar uma política social de resultado em uma região que realmente precisa, basta destinar a área", defendeu o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que presidiu a audiência na Escola Básica América Dutra Machado.

O parlamentar lamentou a demora na destinação do terreno. "Pelos depoimentos que ouvimos esse parque pode ser o impulso para um grande projeto para a região, envolvendo diversas políticas públicas", afirmou Padre Pedro.

O diretor geral da Secretaria Regional de Desenvolvimento da Região Metropolitana, Flávio Bernardes, disse que o órgão

trabalha para dar uma resposta à comunidade até o dia 29 de setembro.

Institucional

Conforme registro na Prefeitura Municipal, a área é uma ACI (Área Comunitária Institucional) e somente pode abrigar prédios como postos de saúde, unidades policiais ou equipamentos para a comunidade. "Temos mais de 20 mil moradores que não têm qualquer área de lazer e, conforme a legislação, a destinação só pode ser para a comunidade", enfatizou o líder comunitário Francisco dos Santos.

O bairro não possui creche e carece dos equipamentos mínimos de lazer e serviços básicos para as comunidades. Com o projeto, as lideranças locais vislumbram possíveis saídas para os constantes casos de violência, consumo e tráfico de drogas na região. (Cássio Turra, assessoria do deputado Padre Pedro Baldissera)

Missão de retirar crianças e jovens das ruas

A construção do parque tem a missão de retirar as crianças e os adolescentes das ruas. "Esse projeto vai garantir que muitas mães saiam de casa tranquilas para o seu trabalho. Porque criança praticando esporte, vivendo cultura é uma criança mais saudável. É um ponto a favor para nós. Se isso acontecer para apenas uma criança já valeu a pena para nós", afirmou Francisco dos Anjos, vice-presidente da Associação Promorar.

O representante da Secretaria

de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Flávio Bernardes, esclareceu que o secretário Valter Gallina não reconhece a venda do terreno. "O secretário pediu para que vocês não se preocupassem. Nem ele e nem o governador sabiam da venda do terreno. Estamos fazendo de tudo para resolver a situação", ponderou.

Segundo Padre Pedro, uma comissão deverá ser constituída para acompanhar o andamento

do processo de venda. Também deverá ser agendada audiência com o governador. "Não podemos nos esquecer que temos que lutar pela emenda parlamentar. A comunidade precisa de espaço para lazer, esporte e cultura. Isso não depende apenas da gente, mas vamos batalhar por isso. As comunidades do Monte Cristo merecem". Também estavam presentes os vereadores de Florianópolis Márcio de Souza (PT) e Angela Albino (PCdoB).



Audiência Pública, promovida pela Comissão de Transportes, foi realizada na Escola América Dutra Machado